



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DO RIO DE JANEIRO. Às dez horas e quinze minutos do dia vinte e dois de outubro do ano de dois mil e vinte um, o Conselho Municipal de Cultura do Rio de Janeiro reúne seus membros integrantes em caráter ordinária na modalidade virtual, com sala remota via internet, participando: Adair Rocha, Álvaro Maciel, Andrea Chiesorin, Bianca Toledo, Carla Wendling, Ellen Costa, Flávia Piana, Izaira França, Karla Maria, Lia Baron, Marcus Faustini, Paula Camargo, Rayanne Pacheco, Roberta Canêjo, Rosa Perdigão, Suellyemma Franco. Justificado o uso da alternativa virtual em função do Decreto Nº 47247 de 12 de março de 2020, a sala é aberta trinta minutos antes das dez horas e os participantes são admitidos na sala virtual. Conforme acordado anteriormente, este encontro é transmitido pelo canal desta Secretaria no YouTube. A conselheira Lia Baron inicia o encontro, após o período de tolerância, cumprimentando os presentes e agradecendo a presença de todos. Justifica o motivo da reunião ter sido antecipada em alguns dias ao habitual, devido a urgência para conclusão do trabalho de consolidação das metas e ações do plano municipal de cultura e para que ele possa ser encaminhado à Câmara. Dando continuidade, Lia Baron apresenta o que serão as pautas de discussão neste encontro: Plano Municipal de Cultura, Relato do GT das Conferências e Eleições e, por fim, a abertura do espaço à fala dos presentes da sociedade civil. Lia Baron propõe que as pautas previstas sejam discutidas e, aproximadamente, meia hora cada, sabendo que a pauta do plano municipal é mais robusta que a da conferência e, desta forma se o prazo para discussão do plano municipal for extrapolado, poderá ser convocada uma reunião específica para discussão da pauta do GT das conferências e eleições, até para que possam ser discutidas de forma mais detalhada. Após tais considerações, Lia Baron informa que passará a palavra à vice-presidente deste Conselho, Rosa Perdigão e que, após esta, a fala será do Presidente deste Conselho, Secretário Marcus Faustini e, em seguida, para o consultor Marcelo Velloso, que está trabalhando na consolidação do plano. Rosa Perdigão cumprimenta os presentes, agradece a presença de todos os conselheiros presentes,

membros do poder público e da sociedade civil e deseja a todos que a reunião seja produtiva e com bons encaminhamentos. Rosa Perdigão dá início fazendo um breve relato sobre uma reunião, que teria ocorrido no dia anterior ao do encontro, com os conselheiros que estiveram disponíveis, com a finalidade de discutirem o plano, a partir do material entregue, tentando já levantar as dúvidas e sugestões de alguns conselheiros. Sobre o relato do GT, a vice-presidente concorda que a pauta do plano seja discutida com mais ênfase, deixando o relato do GT para o final do encontro, tentando ser o mais objetivo. Após a fala da vice-presidente, Lia Baron dá a palavra ao Secretário Marcus Faustini, presidente do conselho, que cumprimenta os presentes na reunião e informa que o encontro, no que diz respeito à gestão do governo, demonstra o compromisso assumido com o Conselho, em dar andamento ao debate do plano de cultura, mesmo em um ano tão difícil. Foi trazido um consultor, de extrema qualidade, que é o Marcelo Velloso. Que possui vasta experiência em relação a planos de cultura. O Secretário pede licença a todos para elogiar o trabalho feito pelo consultor, por todos os relatórios apresentados à Secretaria, produzidos a partir das conversas que foram realizadas junto aos grupos de trabalho, pactuando as propostas que foram realizadas, vindos destes grupos e de discussões anteriores. O olhar da Secretaria, sobre o material que teria sido apresentado, foi um olhar de pensar, como gestor, na organização dos prazos e metas. Faustini diz que a Secretaria teria concordado com todos os sentidos apontados, mas, do ponto de vista da gestão, para que o plano inspire os gestores e gestoras que estarão aqui, também precisa ser atrativo no ponto de vista dos prazos e metas. As pequenas modificações que teriam sido apontadas pela Secretaria, para que o documento pudesse ser encaminhado à Câmara, estão apontadas em um agrupamento da proposta do conselheiro, de reorganizar em campos as propostas do plano e teriam, também, se concentrado nas metas e prazos para que, realmente, seja possível dar aos gestores e conselheiros caminhos para ver a evolução da influência do plano dentro da gestão nos próximos anos. O Secretário acrescenta que o plano é a peça chave que faltava para o fortalecimento do sistema e, teríamos, com isso, um instrumento para que, nos próximos dez anos, a cidade do Rio de Janeiro tenha uma política cultural mais robusta. Informa também que o plano aponta o caminho, que é prioridade na atual gestão, de fazer os investimentos nas APs três, quatro e cinco, que é chamado de territorialização do orçamento, sobre o desdobramento de política pública, sendo uma perseguição, desta

gestão, sobre liderança do Prefeito Eduardo Paes, a este objetivo. Faustini diz que o documento foi disponibilizado com antecedência, dando a possibilidade de todos analisarem antes do envio do documento à Câmara, previsto para novembro a abertura do debate. O Secretário finaliza parabenizando o trabalho realizado por todos e diz que a Secretária se comportou como governo, atentando-se a gestão de como implantar e que caminhos tomar. Após a fala do Secretário, Lia Baron passa a palavra ao Marcelo Velloso, consultor que trabalhou, durante três meses, junto à Secretaria e somando com sua experiência e, não à toa, teria sido contratado pela gestão para fazer esse trabalho de mediação e pactuação, usando todo um material que já havia sido formulado e que, enquanto gestão, teria sido herdado. Lia acrescenta que a Secretaria se propõe a fazer algumas adequações e, sobretudo, edições que incidam sobre a organização formal, sendo o consultor, a melhor pessoa para fazer esse trabalho, sendo conhecedor de tantos outros planos nas esferas municipais, estaduais e nacionais. Informa que o consultor se reuniu com os grupos de trabalho e nos encaminhou material consolidado, tendo a Secretaria achado melhor ficar de fora dessas discussões para que consultor tivesse autonomia para realizar tais pactuações e, com isto, encaminhou o material ao qual a Secretaria trabalhou e propuseram alguns pequenos ajustes, visando sobretudo, como teria enfatizado o Sr. Secretário, a efetiva implantação do plano. Lia agradece a presença do consultor, o parabeniza pelo trabalho conduzido com excelência dentro do prazo pactuado e passa a palavra ao consultor. Marcelo Velloso, o consultor, dá início cumprimentando todos os presentes agradecendo aos elogios realizados anteriormente. Marcelo realiza um breve relato, por ser esta, a primeira reunião com todos os conselheiros, dizendo que o trabalho foi efetuado por meio de reuniões com cinco grupos de trabalho, de forma individual, tendo alguns desses, a necessidade de mais encontros que o previsto inicialmente. Informa que, ao longo do trabalho, ele foi avaliando as necessidades, dinâmicas e etc. Relata que no GT um e no dois, o trabalho foi feito em cima da proposta totalmente consolidado, enquanto no GT três, quatro e cinco o trabalho foi realizado sobre a matriz, em Excel, sendo um trabalho mais exaustivo, porém, mais interessante, uma vez que todos conseguiram entender qual foi a proposta de consolidação que estava sendo feita. Marcelo informa que não acrescentou ou retirou nenhuma informação que não tenha sido analisada e validada pelos conselheiros e validado pelos grupos de trabalho. Informa que toda a documentação foi

consolidada, tendo optado por trabalhar com um padrão de mais fácil visualização, sendo o material submetido junto à SMC em dois encontros, onde foram realizadas algumas ponderações, como podem ter visualizado no documento disponibilizado. O material encaminhado apresenta, em coloração preta, o que foi acordado e consolidado nos grupos de trabalho. As alterações e observações da Secretaria estão apresentadas na tonalidade vermelha e, abaixo, na cor verde, é o que já foi trabalhado na proposta de consolidação que é, exatamente, o que está sendo trago para debate nesta reunião. Marcelo relata que a discussão, o debate de construção e implementação de um plano municipal de cultura no Rio de Janeiro se arrasta há anos. Que já houveram algumas tentativas de contratação, organização deste plano, porém, nunca teriam sido levados à frente. Marcelo louva o esforço da sociedade, do conselho e demais membros que participaram dos grupos de trabalho que estão, agora, encaminhando o documento para consolidação junto à Câmara. Marcelo informa que costuma dizer, sem querer menosprezar o trabalho de ninguém, que o melhor plano é aquele que é viável. Viável do ponto de vista de tempo, realidade e contexto em que vivemos. Informa saber que todos podem ter suas opiniões sobre o que poderia ter sido melhor, em alguns pontos, mas o plano foi fruto de um trabalho feito de forma coletiva e participativa e foi obtido um bom resultado. Acrescenta que o documento é diferente dos demais, próprio do Rio de Janeiro. Relata que a maior parte das cidades adotou o modelo defendido pelo antigo Ministério da Cultura, mas cada cidade fez suas adaptações pontuais, absorvendo informações, estratégias e mecanismos interessantes. Existem planos estabelecidos por Decretos, outros por Leis, alguns inteiramente em Leis, entre outros formatos. Marcelo diz que defendia que o cronograma não estivesse presente na lei, especificamente, porém, todos os grupos de trabalhos defendiam o contrário, assim como a Secretaria entendia e, desta forma, estas informações são as que estariam no anexo do corpo de lei. O consultor acrescenta que ainda está trabalhando, junto à Secretaria, na minuta da lei, mas a ideia principal é que o texto seja simples, aprovando o plano municipal de cultura, estabelecido pela lei do sistema municipal de cultura, trazendo o texto da lei os objetivos e diretrizes e, em seguida, o anexo, cuja proposta é que sejam as tabelas que foram trabalhadas nas apresentações. Após realizadas tais considerações pelo consultor, Lia Baron retoma a palavra, informando que alterações feitas pela gestão, ressaltando que foram poucas mas que existem algumas, tendo a disponibilização do documento

sido feita na segunda-feira, na expectativa que todos pudessem analisar, além disso, a vice-presidente deste Conselho, teria relatado, no início da reunião, uma reunião entre alguns conselheiros onde ocorreu a discussão do material disponibilizado. Lia Baron dá prosseguimento dizendo que abrirá a palavra aos inscitos, já tendo a inscrição do conselheiro Álvaro. Há uma pequena interrupção por parte da vice-presidente, alertando sobre a questão do tempo para discussão da pauta. Rosa Perdigão informa que considera trinta minutos para discussão desse assunto muito pouco e questiona sobre a possibilidade de reduzir o tempo dos demais assuntos para poder ter uma conversa mais ampla sobre a minuta do plano. Lia Baron concorda e informa que havia realizado tal sugestão anteriormente. Dito isto, a palavra é passada ao conselheiro Álvaro Maciel, que inicia cumprimentando os presentes e ressaltando a importância deste dia para o Conselho, que está com o mandato prorrogado, portanto, muito dos que faziam parte não tiveram como se adaptar devido os projetos da vida e, por isso, é muito importante agradecer a gestão e os conselheiros que trabalharam juntos nesta etapa. Álvaro diz ter realizado um texto, resumindo um pouco dessa reunião e o que ela significa e, com isto, tão esperado e tardio plano municipal de cultura do Rio. Tardio porque outras capitais já estão em seu nono ano de plano. Como exemplo de Porto Alegre, que em dois mil e vinte três, este plano fecha o ciclo do primeiro plano da cidade. Nós sabemos da nossa realidade e desigualdade que há na distribuição de verbas e políticas em nossa cidade, com isso, o plano vem de encontro com o nosso desejo e para, também, trazer novidades nessa parte de territorialidade. Diz então, ter colocado o texto assim: “Teremos hoje, a reunião do Conselho Municipal do Rio de Janeiro para discussão do documento do PMC, seguirá para a Câmara. O plano é a peça chave que ainda falta para o Rio. Dele, depende a plena regulação do sistema de cultura, ou seja, só depois de sua aprovação o sistema estará pronto para funcionar. A efetivação do sistema de cultura do Rio significa o reconhecimento da cultura carioca como direito, o que fará muita diferença nas próximas disputas por orçamento para a Pasta, além disso, o projeto propõe medidas que direcionam uma atenção especial para as APs três, quatro e cinco, historicamente excluídas do acesso às políticas públicas culturais. Vale ressaltar que o plano não é uma ferramenta de gestão, como muitos costumam confundir, o plano serve de orientação a política cultural da cidade, através de objetivos, diretrizes, ações e metas para os próximos dez anos. O documento que seguirá para Câmara foi construído com

base nas discussões de três conferências municipais, consolidadas nas reuniões do Conselho e abertas à Sociedade Civil. Logo, ele reflete os anseios e demandas dos fazedores de cultura de todas as APs da cidade. Neste longo processo de concepção, houve um debate rico e plural que envolveu cidadãos, artistas, produtores, gestores e agentes culturais das mais diversas expressões e linguagens. O plano também é uma ferramenta de chamamento para que todos possam se apropriar de sua aplicação na cidade em suas localidades, ele não é apenas um documento e sim um ato político que dá início a ciclo de ações e novas parcerias, para aplicação e fiscalização de suas propostas. Após a leitura, o conselheiro Álvaro diz encerrar sua participação inicial, agradecendo a todos novamente. Lia Baron agradece a fala do conselheiro e relata não ver novas inscrições a respeito do material enviado e questiona se há interesse de algum conselheiro falar sobre tal assunto. Após consulta aos pedidos de inscrições, Lia Baron passa a palavra para a conselheira Andrea Chiesorin e, posteriormente, a Rayanne Pacheco, seguindo a ordem das inscrições. Antes que as conselheiras mencionadas tomassem a palavra, surge um questionamento por parte da vice-presidente, onde ela questiona se haverá algum tipo de apresentação sobre o material disponibilizado ou se as inscrições serão realizadas somente sobre o que foi discutido até o momento. Lia Baron informa que o pensamento era que as inscrições fossem feitas em cima do material que já havia sido disponibilizado com antecedência, por conta do tempo limitado que este conselho tem para discussão. Após tais explanações, Lia Baron, novamente, passa a palavra à conselheira Andrea Chiesorin, que inicia sua fala cumprimentando os presentes, louvando o encontro e dizendo que existem muitos pontos que gostaria de dar destaque, mas crê deve haver uma organização primeiro encontro, previsto no cronograma, ressalta que é importante todos saberem que, nesta terceira semana, haveria um primeiro encontro para discussão e, posteriormente, provavelmente na semana que vem, haveria um novo encontro. Sendo assim, a conselheira gostaria de propor que no próximo encontro os grupos de trabalho pudessem ter voz, embora, ela saiba que no segundo encontro seja para já apresentar o texto da minuta do plano. Com isto, a conselheira diz estar preocupada sobre quando poderão ouvir os colaboradores que foram convidados para estarem conosco e ela vê os últimos trinta minutos como pouco, uma vez que existem muitos assuntos para discussão. Dito isto, a conselheira demarca sua primeira preocupação sobre o motivo

das alterações sobre o que, no plano, é descrito como curto, médio e longo prazo para três, sete e dez anos se o proposto seriam dois, seis e dez anos, considerando que é importante para a gestão que, realmente, haja orçamento para cultura, já que estamos falando de uma retomada cultural. Questiona como terão recurso e se só terão quando o prefeito Eduardo Paes terminar a gestão. Prossegue dizendo que o curto prazo em três anos, para dois mil e vinte e quatro, como este conselho poderá fazer a fiscalização junto a implementação deste plano. Andrea relata que possui outras perguntas, mas que permitirá que outras conselheiras possam fazer suas contribuições. Andrea relata que foi feito, ontem, um grupo de trabalho oficial, com a participação da Sociedade Civil. Informa ainda que não foram poucos os presentes neste grupo de trabalho e que estão bem organizados para a discussão dessa pauta do plano. Lia Baron agradece a colaboração da conselheira Andrea e passa a palavra à conselheira Rayanne Pacheco. Rayanne diz que seu primeiro questionamento era o mesmo apresentado pela conselheira Andrea, ressaltando que acha importante pontuar que passaram por um momento e estão vivendo um momento recente de transição e a bagunça que foi essa transição, as reclamações da atual gestão para com a última por não ter tido uma passagem harmônica. Acrescenta que para o começo da implementação do plano, acredita ser, de suma importância, ainda ter o curto prazo na gestão do atual Prefeito, para ter um feedback concreto, não ocorrendo este processo de transição no momento da aplicação do plano, pois sabem que isso não funciona. Por esta experiência, a conselheira julga importante o retorno dos prazos estabelecidos anteriormente, para que tenham a possibilidade real de um trabalho contínuo, mas que gostaria de entender o motivo da Secretaria ter optado por três e sete e não dois e seis anos. Rayanne diz que gostaria que a Secretaria chamasse tal responsabilidade para esse começo de execução do tão esperado plano. Lia Baron agradece a contribuição da conselheira Rayanne e passa a palavra à conselheira Carla Wendling. Carla informa ter alguns apontamentos a fazer, porém, enquanto os questionamentos das conselheiras anteriores não forem respondidos, não conseguirá dar prosseguimento pois entende que esta questão é que dará o pontapé para o avanço das discussões. Relata que esta mudança pesa sobre todo o processo e se a Prefeitura, que vem dizendo ter um compromisso com a Cultura, esses três e sete anos não estão de acordo com o discurso, pois não pegam sobre a atual gestão. Então, tem esse apontamento como crucial para dar andamento e que é

importante ter essa resposta, pois se sente presa nessa questão para que possam dar prosseguimento. Lia Baron agradece a colaboração da conselheira e passa a palavra ao Vereador Tarcísio Mota. Tarcísio dá início cumprimentando os presentes e diz que daria início questionando sobre a situação do prazo, além de outros questionamentos. O vereador realiza os devidos elogios aqueles que fizeram parte do processo. Tarcísio informa que existe um questionamento central, sobre a situação dos prazos, que já foram colocados por algumas conselheiras, acrescentando que imagina que esta Lei só será sancionada no início do ano que vem, pois acha que será difícil sancioná-la ainda este ano, mas depois pode haver uma discussão sobre esta situação, mas mesmo que seja sancionada este ano, as metas de curto prazo teriam de ser cumpridas em dezembro e dois mil e vinte e quatro, exatamente ao final deste mandato do governo Eduardo Paes, que obviamente terá direito a reeleição, mas que ninguém garante e, com isso, o momento de cobrança das metas que não foram cumpridas será o início de um novo governo. Com isto, o novo governo poderá adotar o discurso de a culpa não ser dele e dizer que não fará o previsto. Então, com isto, surge a possibilidade de discutir que esta meta de curto prazo volte aos dois anos, para que haja um compromisso da atual gestão para cumprimento das metas de curto prazo e a possibilidade de cobrança sobre isso. Além disso, existem muitos pontos menores, que acredita que possam ser encaminhados por escrito, para facilitar os trabalhos, sobre metas, estratégias que estão repetidas, algumas do gt três e quatro que acabaram não constando no documento e pede para que pudesse mandar isso por escrito, mas existem três pontos que o vereador gostaria de chamar atenção, são elas questões específicas, que não comprometem o plano todo, mas que gostaria de pensar sobre tais pontos. Uma delas é sobre a meta quatro, sobre os dois por cento do orçamento. Ele informa ter entendido que a proposta é que tenha um por cento em três anos, um e meio em sete e dois por cento em, apenas, dez anos. A justificativa para alongamento do prazo, pois a previsão era tentar chegar aos dois por cento no médio prazo, ou seja, em sete anos, tem a ver com a situação econômica do município. Neste ponto, o vereador informa que gostaria de tentar defender que voltassem a uma proposta mais ousada, lembrando a ideia do plano é proporcional ao orçamento do município, portanto, uma crise econômica que diminui o orçamento do município, também diminua o valor absoluto que a gente está querendo atingir, mas a questão da proporcionalidade, gostaria de propor que a questão dos dois por cento

pudesse ser atingida na meta de médio prazo. O vereador continua sua fala, informando que tem outra questão que já vem sendo debatida há muito tempo, sobre a relação entre a renúncia fiscal e o fundo municipal de cultura. Tarcísio relata que é verdade que a proposta original de setenta por cento do ISS para o fundo era uma proposta ousada, mas gostaria de entrar nesse debate. Informa que a forma como o documento aponta, retira este debate, ou seja, que dissessem uma parte e qual o tamanho desta parte da Lei do ISS irá para o fundo. Quando olha para a questão do fundo estadual, percebe que lá é vinte ou trinta por cento. Acrescenta que isto acarreta em uma importante questão para existência do fundo e que não criou um grande desestímulo ao mercado para estar naquela Lei de incentivo à Cultura. Tarcísio acha que este é um exemplo positivo e, por este motivo, poderiam entrar neste debate de percentual. A forma com que foi colocado no plano, não entra no debate proposto. O terceiro ponto que o vereador gostaria de apresentar é sobre a opção de retirar a parte mais robusta sobre o carnaval do plano, entendendo que seria um plano setorial. Porém, relata que ao tirar todas as estratégias, algumas delas são gerais, não são tão específicas. Tarcísio apresenta o exemplo sobre a estratégia 44.3: “investir em políticas de preservação da estrutura das quadras de agremiações carnavalescas, aproveitando espaços da escola do bairro”, é algo que transcende o carnaval, pensa o território e que, por isso, poderiam tentar retornar com esta. A 44.4: “criar ponto de cultura e espaço de memória das agremiações carnavalescas, valorizando sua relação com o bairro, seu entorno...”. Neste exemplo, o vereador gostaria de tentar, de repente, aproveitar uma estratégia mais geral que pudesse retornar ao plano. Tarcísio encerra suas colocações. Lia Baron agradece as colaborações e aproveita o retorno da fala, para realizar algumas colocações sobre os conteúdos apresentados: prazos, instrumentos de fomento e carnaval. A respeito do prazo, para pontuar os presentes, informa que foram duas alterações propostas, a primeira a perspectiva de curto prazo passando de dois para três anos, mas a ideia é que este três anos pegassem, justamente, o ciclo até dois mil e vinte e quatro e, com a conclusão deste ciclo, conseguisse ser feita uma organização para o próximo PPA, a outra foi possível verificar na proposta de prazos, encaminhada pelo CMPC na formulação anterior, existia um alto percentual de ações com perspectiva de serem cumpridas em curto prazo, tendo a Secretaria analisado como inexecutável, tendo sido proposto, em alguns casos, a diluição da perspectiva de cumprimento de prazo para que entrassem em

uma perspectiva mais realista. Então, houve também, esta proposta de diluição de algumas ações, lembrando que, como o consultor sempre recorda, que a essência de um plano municipal de cultura é uma essência de apontamento de norte e de diretrizes e que, em grande parte dos planos municipais e estaduais de cultura nem as perspectivas de prazo constam. Neste plano, estão sendo considerados os prazos, mas a perspectiva da gestão, por outro lado, é encará-la de maneira mais realista em algumas metas e ações. Por isso, a sugestão de diluição do percentual, trabalhando para que fossem cumpridas, em parte, no curto prazo, depois um desenvolvimento na média e a conclusão a longo prazo. Em segundo lugar, sobre a questão do fundo, Lia informa que, assim como o vereador, a gestão concorda que existe uma concentração de recurso no investimento indireto, sendo a dúvida da gestão se o que representa, em termo instrumentais, o fato de que setenta por cento do indireto vá para o indireto, questiona se a Lei do indireto se sustenta, se continua sendo feita a captação no indireto e depois há uma reversão ao direto. Questiona se há uma engenharia mais apropriada para que o fomento direto seja efetivo, se valeria a pena garantir em LOA, que setenta por cento proporcional aquilo que vai ao indireto vá, via LOA. Lia relata que esta é uma dúvida da atual gestão e, para isso, para facilitar esta engenharia orçamentária e até execução e que houve a proposta de revisão da redação da meta, tendo em vista, que seja aberta uma discussão sobre uma Lei do fomento para a cidade do Rio de Janeiro, que não seja a Lei do ISS. Lia considera que estabelecer, no plano, que setenta por cento do ISS vá para o fomento direto, pode estar sendo deixado de lado a oportunidade de uma discussão mais vertical e aprofundada sobre destinação do orçamento para fomento no Rio de Janeiro, por isso, a proposta de adaptação do texto, não por querer diminuir o percentual, mas por querer levantar a discussão de uma legislação que garantisse e previsse instrumentos apropriados para garantir a divisão equânime entre o direto e indireto. Este recurso do Governo do Estado e que alguns outros órgãos tem desenvolvido, pegando o indireto e garantindo uma parte para o direto, até possui uma efetividade a curto prazo, pois é o que tem para se fazer, mas considera que seja um tipo de “puxadinho” do ponto de vista do estabelecimento de uma política de fomento efetiva, sendo o ideal ter um recurso garantido para o direto, por meio de uma Lei orgânica do fomento. A respeito do carnaval, Lia Baron, informa que existiam duas metas, mais setoriais, do carnaval. Uma meta do programa de fomento, que a gestão

entende como cultura e que consegue responder mais objetivamente e uma outra, mais ampla, estrutura, que mobilizaram outras instâncias da Prefeitura, que não só as ligadas diretamente a SMC. Esta primeira meta, a gestão propõe manter. A segunda meta, a proposta é que seja conduzido algum outro instrumento mais amplo e estrutural. Lia concorda com o vereador que algumas das ações podem ser mantidas, reencaminhando as ações à meta um, que é a meta do programa de fomento. Lia sugere tal ajuste para que sejam contempladas as duas perspectivas. Após tais considerações, Lia Baron passa a palavra ao consultor Marcelo Velloso, que diz que toda a questão argumentativa já teria sido sanada nas explanações realizadas por Lia Baron e acrescenta que, em relação a fala do vereador Tarcísio, foi explicada a proposta de Prefeitura que era, numa primeira meta, chegar a um por cento, um e meio e, posteriormente, dois por cento, ao final de dez anos, e lembra que a Prefeitura já chegou a dois por cento do orçamento municipal investido em Cultura, entendendo todo o âmbito da Cultura. O consultor diz ainda ter certeza de tal afirmação, uma vez que atuava no Ministério da Cultura e esta era uma questão sempre debatida, em relação à meta quatro. Em relação a meta vinte e seis, o consultor relata que esta foi uma meta de ampla discussão junto ao GT três e, nesta meta, levou-se muito tempo devido ao fato de o consultor não ter entendido e feito algumas ponderações e, no final, houve o entendimento de manter sessenta por cento. O consultor acrescenta concordar com a colocação da Lia e acredita que, da forma como estava, setenta por cento seria um tiro no escuro, sem nenhum tipo de estudo preliminar ou indicativos, correndo o risco de “matar” o instrumento de fomento indireto, do incentivo fiscal que é importante e relaciona cadeias produtivas importantes da cidade. O consultor acredita que a Lei do ISS precisa passar por melhorias, uma vez que, quando criado, dentro da lógica das leis de incentivo, a proposta original era que este fosse um instrumento temporário de indução a prática do investimento privado em atividades culturais, porém, a história mostra que isso não ocorreu efetivamente. Continua dizendo que as leis de incentivo se configuram como um instrumento fundamental na aplicação de recursos via, um pouco público, mas via mecanismo direto da iniciativa privada na atividade cultural e, mesmo com as leis de incentivo hoje, existe uma redução drástica de investimentos privado na atividade cultural, que impactam o mercado, em emprego, recurso e outras frentes mas, entende-se também, que a lei de incentivo não dialoga com todos os setores da cena cultural e, daí, a importância e esse

seria o ponto fraco, em todas as instâncias, que é falta de mecanismo de financiamento que não passem por um diálogo com a iniciativa privada, que não tenham iniciativa de grande visibilidade, etc. Quando ocorreu a discussão junto à Secretaria, essa foi uma questão que o consultor teria defendido, entendendo a perspectiva do mecanismo, mas entendendo que o problema maior, em dez anos, seria uma realidade colocada e achando que este seria um compromisso que a SMC poderia assumir, é ter uma lei que organize um sistema de fomento para a cidade do Rio de Janeiro, que estabeleça efetivamente mecanismos e diretrizes para o funcionamento. Por fim, Marcelo cita a questão do prazo, explicando que, o que antes era escalonado em vinte, sessenta e cem por cento, foi readaptado para trinta, setenta e cem por cento e esta teria sido uma questão trazida pela Secretaria, dado a complexidade do momento vivido, acrescentando que haviam várias metas de cumprimento a curtíssimo prazo, mesmo tendo uma Secretaria, hoje, com uma estrutura mais enxuta, com menos recursos e com pessoas sobrecarregadas, o que gerou a leitura de que a Secretaria não daria conta do cumprimento de tais metas. Marcelo diz, sobre a meta quarenta e quatro, que foi motivo de grande discussão nos grupos de trabalhos, tendo, o consultor, defendido a exclusão no documento inicial mas, após contra argumentação do gt, foi decidido manter e, com isto, concorda com o dito por Lia, onde as duas ações: a 44.3 e 44.4 podem ser repassadas para a meta 27, que é uma meta que trata do carnaval, através do programa de fomento de carnaval de rua, contemplando todos os territórios da cidade, garantindo recursos para os diferentes segmentos do carnaval de rua, como: bandas, blocos, cordões e cortejos e 2. garantir recursos para os diferentes segmentos do carnaval de rua, como: escolas de samba dos grupos A, B, C e D, escolas de samba mirins e blocos de embalo da Av. Chile e 3. garantir recursos para os diferentes segmentos do carnaval de rua, como: bailes de máscaras, concursos de fantasia e concursos de marchinhas e marchas-rancho e o último a implementação e realização anual de políticas de fomento e editais para o carnaval de rua da cidade do Rio de Janeiro, previstos em PPA, LDO e LOA. Ato contínuo, a palavra é dada ao Secretário Marcus Faustini, que começa informando que o compromisso desta gestão com o plano e com seus princípios norteadores ocorre desde o primeiro dia e, a Secretaria, vem demonstrando o compromisso de criar uma política pública mais robusta, democrática e inovadora para a cidade do Rio de Janeiro mas com a capacidade de planejamento de gestão, uma cultura de gestão, que é importante que a

Secretaria não seja mais um lugar de projetos aleatórios, mas que persiga uma estruturação de gestão e isso tem que ser feito a partir da olhar da realidade, realidade que existe para reestruturar. E, também, de alguma maneira dialogando, sobretudo, com os instrumentos que existem hoje no município: PPA e o Plano Estratégico do Governo. Neste segundo, explica que existem metas, em relação à Cultura, que são muito ousadas, como a chegada de cinquenta por cento dos recursos para as APs três, quatro e cinco, prevista no Plano Estratégico, as Zonas de Cultura, etc. De alguma maneira, a Secretaria tem o desejo de aproximar, nestes três anos, pensando que o orçamento seja aprovado no início do ano, no ano que vem tal orçamento já estaria sendo executado. Faustini diz que o ano que vem é um ano de aproximação do orçamento que já está sendo encaminhado para à Câmara com o Plano Municipal de Cultura e a execução, ficaria para os outros dois anos. Continua dizendo que, no próximo ano, haverá mais um instrumento que será o Plano Municipal de Cultura, por onde se guiará a atual gestão. Explica que a meta não é uma promessa, que é um norte para se perseguir e aperfeiçoar, diz ser evidente que na gestão pública, algumas metas não são cumpridas por conta das questões econômicas, conjuntura, territorial, etc. Servindo para identificar o motivo da meta não ter sido cumprida e avançar nela. Além dos pontos apresentados pelo Marcelo e Lia, o Secretário diz que a equipe se dedicou a entender, não tendo ninguém lido o texto e só concordado com as informações, como sendo um conjunto de posições, tendo a equipe levado muito a sério que isso influenciará a gestão da Secretaria, tendo os gerentes sido consultados sobre os impactos que poderão gerar sobre os trabalhos, pois a equipe está totalmente comprometida a entregar os compromissos que serão assumidos através do plano. Faustino deseja lembrar dois pontos: o passivo do governo anterior, que só de recuperação dos equipamentos culturais está na ordem de setenta milhões, que deixarão de ser investidos na ponta para que haja a recuperação dos equipamentos culturais, fora o passivo organizacional e uma série de coisas. O Secretário dirige a palavra ao Vereador Tarcísio Mota, dizendo, em primeira mão, ter assinado hoje e encaminhado ao MP, fraude que fora descoberta na Lei de incentivo, dizendo que, em um primeiro momento, criaram uma alíquota de vinte por cento, pois já sabiam da concentração dos recursos das Leis de incentivo em determinadas regiões da cidade, não fazendo sentido que as mesmas regiões da cidade tenham as melhores ideias todos os anos. Relata que foi criado um mecanismo, aproximando as empresas, criando

um compliance. Questiona se teriam percebido, mas nos últimos dois meses na lei de incentivo nós mudamos uma série de procedimentos como comprovação de assinatura do patrocinador, uma série de coisas que garantem maior segurança jurídica e também segurança de procedimentos para não ter fraude. Hoje, foi enviado para o ministério público, depois de uma de uma primeira investigação e pesquisa aqui, determinadas situações de fraude dentro da lei de incentivo e a nossa a nossa proposta de mudança que será levada para Câmara, no ano que vem, é que no lugar de uma Lei de incentivo a gente tenha uma Lei de fomento em que, a metade do orçamento da Lei de incentivo, vá para o fundo, ou seja, cinquenta por cento e cinquenta por cento. E que, esta Lei de incentivo, seja também de alíquotas territoriais. O Secretário continua dizendo que não faz sentido que o evento que acontece no centro da cidade tenha cem por cento de isenção, talvez seja necessário debater quando um evento terá cem por cento, quando tem oitenta por cento, de acordo com a região da cidade que se coloca, este é o que a Secretaria quer fazer. Para valer precisa ter um compliance e ela precisa ajudar a desenvolver a cidade. Diz que uma lei de incentivo não é um lugar que não tenha metas sociais e de desenvolvimento da cidade, sendo que, na Secretaria, o que rege é o desenvolvimento da cidade, estando na Lei orgânica que a política de Cultura deve pensar a cidade. Logo, no entendimento da Secretaria, a proposta é assumir um compromisso de mudar, não tendo nenhuma saída vaga. Mudar e criar um instrumento de fomento na cidade que garanta, tanto a Lei de Incentivo, acreditando na Lei de Incentivo, mas que esta não possa concentrar, não possa ter pouco compliance, ela precisa ter bastante compliance. Continua dizendo que os dados precisam ser acessíveis, os procedimentos precisam ser claros, precisa ter prazos, não podendo relativizar para um e não para outro. Diz que o compromisso de desenvolver uma política de cultura inovadora, territorialidade e democrática com todos os segmentos é real, tendo no próprio FOCA, sido colocados critérios de pontuação de diversidade muito claros em todas as categorias. Acrescenta que a Secretaria não aguarda o plano ser aprovado para já implantar algumas medidas nas políticas que vêm sendo criadas e desenvolvidas, esses trinta por cento de meta, algumas metas inclusive, foram colocadas para três anos. Trinta por cento para três anos, mas não sei se perceberam, a Secretaria aumentou o impacto em três anos, não mantendo só os mesmos. Se estava lá vinte por cento, aumentou para trinta por cento, assumindo o compromisso de executar, para entregar

isso nos primeiros três anos de gestão do Prefeito Eduardo Paes. Faustini explica que essa é a visão da Secretaria, uma combinação de juntar os outros instrumentos que percebem aqui, como: PPA, a própria LOA anual, o próprio Plano Estratégico do Governo. Por isso também, a ideia da conferência ser uma conferência que de debata o plano, para que todos na cidade do Rio de Janeiro saibam por onde a Secretaria está caminhando, uma conferência dedicada a discutir ideias, para que todo mundo se apropriar para o Rio ser uma cidade onde todas as funções compreendam qual é a meta da cultura nos próximos dez anos e que demorará dez anos em todos os cenários, para que haja uma reestruturação de uma política nacional de cultura. Lia agradece a fala do secretário e passa a palavra a Suelyemma, que começa cumprimentando os presentes e justificando que aguarda a presença do Vereador Reimont, presidente da Comissão de Cultura na Câmara, mas devido uma agenda do mesmo em horário conflitante, diz que fará as contribuições do mandato do Vereador para discussão. O primeiro ponto apresentado é que entende-se a dificuldade que é a preparação de um plano para a cidade na área da cultura, se fosse fácil tal tarefa já teria sido cumprida essa tarefa porque, na Comissão, por conta do assento no conselho, já teria sido acompanhado o debate de criação do plano há bastante tempo e isso já se arrasta há muitos anos, inclusive com uma contratação de consultoria para acumulação minuta, etc. Por isso, considera que hoje seja um marco muito importante, pois realmente chega-se em um momento muito importante. Continua dizendo que, por outro lado, esta é uma oportunidade de ouro e o momento é agora, com isso, Suelyemma diz que é importante reconhecer o valor, a importância, não só, do trabalho da consultoria, mas também da ação do conselho nessa gestão, nesse mandato que se estendeu. Após um pequeno problema junto ao microfone, Suelyemma retoma sua fala dizendo que houve um conjunto de esforços neste mandato com o trabalho do consultor e empenho da Secretaria. Este plano, em seu entender, não pode deixar de cuidar de alguns aspectos que já estão se arrastando, por exemplo, diz que a questão dos dois por cento é algo ultrapassado para Cultura, visto que as outras áreas tem uma cobertura muito maior e fica clara a importância da cultura no desenvolvimento da cidade, sendo este um discurso do próprio Prefeito, onde ele, em seu discurso, transmite essa compreensão, portanto, é justo que haja um aporte adequado para que a cultura tenha um posicionamento ainda melhor no desenvolvimento da cidade. Com isto, acredita que não

haverá excesso ao puxar o valor para um percentual melhor para a cultura, pois isto já está posto, basta escrever e planejar. Acredita também que tenha que ser uma meta menor, pois é necessário ousar ou, caso contrário, as coisas continuarão sempre assim, com a Cultura por último e, uma vez que estamos na SMC, devemos colocar a Cultura em primeiro lugar. Sobre outro tema abordado, Suelyemma, diz que talvez tenha entendido errado, mas na fala do Secretário, onde diz que metade do valor do ISS para o fomento direto, externa que se a ideia for dar uma melhor condição ao fomento direto, isso já poderia ser planejado no plano para, posteriormente, virar uma lei que esmiúce isso, mas o plano já deve ter isso. Seguindo em sua fala, Suelyemma diz que por último, para não se entender, na última reunião da Comissão de Cultura, ficou pedido que fossem estabelecidas datas para audiências públicas, para realização de debates na Câmara, sobre a PL que chegará, através da mensagem do Prefeito. Esta tarefa já teria sido cumprida, tendo a Comissão já disponibilizado as datas, iniciando em cinco de novembro, tendo cinco datas para discussão do PL do plano. A primeira seria para cinco de novembro, como dito anteriormente, mas questiona se já há uma previsão, mas que também é importante saber como está, por parte da SMC, a conversa com a base do Prefeito, pois sabem que, ao chegar nas discussões, a PL poderá sofrer emendas, pois será apreciado pelo conjunto dos Vereadores. Caso haja alguma emenda, até por parte da Comissão, os prazos serão estendidos por quatorze dias, então, é importante ter essa informação junto à SMC. Além de ser necessário saber a previsão de chegada do plano à Câmara, pois talvez seja necessário abdicar da primeira data de cinco de novembro se todos concordarem, pois acredita que o plano ainda não estará lá. Suelyemma encerra sua fala e, logo após o agradecimento por parte de Lia Baron, a palavra é passada para a vice-presidente do conselho, Rosa Perdigão. Rosa começa sua fala dizendo que já teve alguma de suas falas contempladas por outros anteriormente, como a do Vereador Tarcísio e a preocupação de outras conselheiras, sobre a situação dos prazos, devido a questão de troca de gestão e o trabalho acaba sendo prejudicado por isso, pedindo novamente atenção a este ponto. Rosa volta a falar sobre a situação do mandato estendido, agradecendo imensamente a quem acompanha os trabalhos, pois a luta é diária, mas a batalha é desde o início da construção da minuta, que já vem de outra gestão e, neste momento, está sendo possível ver o trabalho se tornar real, tirar as ideias do papel, agradecendo em especial ao consultor Marcelo, que se demonstrou sensível

em muitas reuniões, ao Secretário e toda sua Secretaria, que disse ainda na primeira reunião que esta seria uma meta de sua gestão, aos Conselheiros que, alguns não puderam acompanhar o processo, mas que estão podendo compartilhar desta construção nesta etapa final. Aproveita a oportunidade para realizar uma fala pessoal, retirando o crachá de vice-presidente, na posição de mulher negra, candomblecista, baiana de acarajé, se preocupando não poder ver na escrita do texto a questão do bem registrado como bem cultural e imaterial como a capoeira, jogo, baiana de acarajé e outras ligadas a matriz africana e, com isso, gostaria de entender ou provocar a todos sobre a necessidade de fazer um destaque a isto, pois está diretamente ligado ao fazer de cultura da ponta, do dia a dia, da roda de samba e, por isso, pede um olhar sensível para que seja dado tal destaque a esta questão. Lia Baron agradece as contribuições realizadas pela vice-presidente e, antes de seguir as inscrições, pede permissão para fazer um esclarecimento sobre a questão dos dois por cento, que virou motivo de discussão no chat da sala virtual, dizendo que quando houve a tentativa de revisão desta meta, foi baseado em um antigo projeto de lei, salvo engano parado no Senado desde dois mil e quinze, que propõe a destinação mínima de um por cento do orçamento de cultura nos municípios do Brasil, um e meio nos estados e dois por cento no Governo Federal, sendo importante esclarecer que aquilo que se tem de volume de discussão nacionalmente é de garantir, no mínimo, um por cento e não dois, mas isto não está aprovado é apenas uma base de discussão. Lia diz se recordar que, em meados de dois mil e treze, foi divulgado que a Prefeitura do Rio de Janeiro chegou a dois por cento, a partir de uma conta ampla, que contemplava outros órgãos, não sendo a SMC que tinha dois por cento do orçamento. Continua dizendo que o orçamento está minguado, que esta pasta já teve um orçamento alto, mas que orçamento da pasta nunca chegou aos dois por cento, como dito anteriormente, ele chegava a dois por cento fazendo uma composição com outros órgãos e diz que, quando esta conta foi divulgada, havia uma composição muito alta da CDURP, e acha que, por este motivo, ocorreu a fala do consultor Marcelo sobre a Secretaria ter atingido os dois por cento, mas se for olhar para outros municípios, a maioria, não atinge meio por cento. Lia acrescenta que trabalhou em Niterói por muitos anos e, quando a cidade ultrapassou um por cento, foi vista como uma grande vitória. Logo, dois por cento, em termos municipais, para contextualizar no debate nacional, é uma meta altíssima. Lia Baron complementa sua

fala, pedindo para que Marcus Faustini, Flávia Piana e Marcelo Velloso se posicionem sobre a situação dos prazos, mediante solicitação realizada no discurso da Suelyemma, mas antes disso, Lia passa a palavra a conselheira Carla Wendling, posteriormente ao conselheiro Álvaro e o bloco será encerrado com a fala do Vereador Tarcísio Mota. A conselheira Carla Wendling diz ter ouvido a fala dos anteriores, principalmente dos representantes do governo, e diz ter visto um incentivo muito grande ao falar que o Prefeito tem metas e vários projetos para a Cultura, sendo um ponto muito positivo e, se é tão positivo quanto o discurso, questiona o motivo da alteração para três anos, uma vez que as metas do plano servirão até como propaganda política destes tantos projetos que ele faria, basta manter os dois anos de prazo e colocar as ideias em prática. A conselheira acredita que, o que poderia ser feito, ao invés de aumentar o prazo, seria reduzir a porcentagem, pois para esta gestão e para o próprio Prefeito seria importante colocar em dois anos, se é tão positivo quanto o discurso, não tendo motivos para mudar para três anos. Em relação a meta 44, a conselheira diz que a Cultura tem uma luta muito grande há muito tempo em trazer o carnaval para a SMC, que é a coisa mais óbvia sob olhar dela, e quando algumas informações são retiradas do plano, fica explícito que isso nunca ocorrerá, pois é uma meta para dez anos. Carla diz concordar com o Vereador Tarcísio, quando ele diz sobre a possibilidade de trazer vários itens que podem ser aproveitados no item um. Informa que existem blocos que têm quadras, que existem escolas de samba que tem quadras e fazem atividades. Em algumas conversas, Carla disse sobre o Cacique de Ramos, que possui, em sua quadra, uma porta que dá acesso à escola, que é aberta todos os dias pois a escola não tem quadra e, com isto, são realizadas atividades de percussão, entre outras. Por isso, a conselheira acredita que seja extremamente necessário que estes estabelecimentos sejam utilizados como pontos de cultura e que sejam fortalecidos pela Cultura. Seguindo em seu discurso, diz que está errado e precisa ser corrigido é o termo LGBTQIA +, que sentiram falta de falar sobre deficiência, da inclusão de deficientes, maioridade e criança. Diz que a Secretaria pecou quando falam sobre pretos, pardos ou índios quando, na verdade, deveria ser preto, pardos e índios e sentiram falta dos outros. Relata que a capoeira teria sido excluída do texto, mas não compreende o motivo. Continua dizendo que outra coisa que gostaria de colocar é que gostaria de esclarecimentos sobre a meta dezesseis que, para ela, teria ficado muito confusa. Na meta dezoito, no 18.4, a conselheira diz querer a inclusão do

carnaval, grupos tradicionais, quadrilhas, folias de reis, caxambu, blocos, bandas, capoeiras, jongo, etc. Na meta cinquenta, quando solicitada a implementação de censos populares, saberes culturais em Pedra de Guaratiba, a Secretaria alega não ser responsável assumir compromisso de construção de novos equipamentos culturais, mas acrescenta que o que está sendo discutido é uma meta para dez anos e questiona o motivo de não poder assumir essa responsabilidade através do plano. Carla diz que também gostaria de falar sobre a Lei do cão guia, que também acredita ser importante estar no plano. Outra questão muito séria e dolosa para a conselheira, é a questão do CPF, da pessoa física, que teria sido pedido, colocado pelos conselheiros e retirado pela Secretaria. Acrescenta que já foi dito em outras oportunidades que quem faz cultura na cidade, a maior representação cultural desta cidade é feita por CPF e tem que estar contemplado neste plano pois, na forma que faz fomento, se esquece do CPF e, por isso, precisa estar garantido. Não dá para construir o plano sem citar a questão do CPF e dessas pessoas, de todas as categorias. Se há três categorias no fomento, tem que estar presente e contemplado o CPF nas três. Lia Baron agradece a colaboração da conselheira e, ato contínuo, passa a palavra ao conselheiro Álvaro Maciel. O conselheiro diz que, de sua parte, das artes visuais, na meta trinta e dois, teria sido procurado pelos representantes da fotografia, sabe que não dá para fragmentar grafite, fotografia, etc. Que são linguagens agrupadas as artes visuais, mas há um termo que o conselheiro gostaria que fosse colocado no item 32.3 que é o experimentalismo e arte contemporânea, pois a cidade já foi dessa nacional e internacional neste quesito, sendo sede de vários encontros internacionais e esta referência foi perdida, visto que hoje, estes encontros estão sendo realizados mais na cidade de São Paulo e, por este motivo, gostaria da inclusão do termo no item supracitado. Em relação a fala da conselheira anterior, Álvaro diz concordar bastante e diz já ter, no congresso, em fase de aprovação, o Cultura Viva nas escolas e isso engloba o carnaval, a capoeira, o funk e outras manifestações de acordo e gosto de determinada região. Em relação ao prazo, também discutido anteriormente, gostaria de encaminhar a proposta de que, ao invés de três e sete anos, colocassem dois e meio e seis e meio porque, desta forma, é eliminado o questionamento que a prestação seja realizada só após a gestão. Com estes prazos, o conselheiro acredita que seja possível sair deste encontro com um acordo, já que a questão mais levantada foi em relação a uma prestação de contas. Álvaro então encerra

suas colocações. Lia Baron agradece a fala do conselheiro e passa a palavra ao vereador Tarcísio Mota, em seguida a conselheira Rayanne Pacheco e, por fim, a Andrea Chiesorin. Tarcísio pede desculpas, e diz que não é de praxe pedir reinscrição, mas que não falou sobre alguns pontos. Para não ter que falar de pontos específicos, Tarcísio questiona se há algum espaço que possa utilizar para encaminhar um documento, com outros detalhes, para apreciação da Secretaria. Tarcísio relata que, desta forma, as discussões na Câmara serão facilitadas. Sobre o que foi dito pela Suelyemma, Tarcísio completa dizendo que já houve uma construção de cronograma de audiências públicas na Câmara dos Vereadores e gostaria de chamar atenção ao prazo pois, ao mesmo tempo, está sendo discutido o Plano Diretor que prevê duas audiências por semana em novembro, terá também a discussão do PPA e da LOA e, por isso, a preocupação com o prazo, pois acredita que seja possível fazer uma primeira ou até segunda reunião sem o documento pronto, mas, de fato, seria melhor já estar em posse do documento para início das audiências. É possível dar início ao debate junto à sociedade civil com o que foi pactuado até o momento, pois o que foi visto sobre o documento permite isto. Tarcísio acrescenta que há perguntas sobre o prazo, para que se tenha ideia de um prazo exequível por parte da Comissão de Cultura, no esforço para aprovação do plano o mais rápido possível. Continua dizendo que o calendário proposto pela Suelyemma já é um calendário apertado, neste contexto mais amplo para colocar. Diz que o tempo que o documento ficará na Procuradoria deve ser levado em consideração, pois já existiram situações onde ocorreram complicações, mas espera que os trabalhos, neste momento, não estejam sendo feitos sob mesmo caos administrativo da gestão anterior. Dando continuidade no direcionamento da reunião, Lia Baron diz que concluirá o bloco de inscrições dando voz à conselheira Rayanne Pacheco e, posteriormente, à conselheira Andrea Chiesorin. Antes do início da fala da conselheira Rayanne, Lia Baron sugere que todas as observações e pontuações que foram realizadas ou não durante o encontro, sejam encaminhadas para o e-mail oficial do CMP para que sejam compiladas, analisadas e, posteriormente, consolidadas por parte da Secretaria. Dito isto, a palavra é passada novamente a conselheira Rayanne, que começa fazendo um apontamento sobre a meta quatorze, que diz: "... mecanismos transversais de discriminação positiva, que reduza desigualdade de oportunidade na política cultural implementadas...". A conselheira sugere a mudança desta citação, tirando a palavra "discriminação" que,

apesar de vir acompanhada da palavra positiva, não tem nada de positiva, sugerindo então o termo “mecanismos transversais fisionômicos”. A conselheira prossegue dizendo que gostaria de entender, por parte da Secretaria, sobre a briga de divisão equânime dos recursos da Cultura para cidade, entre as áreas de planejamento. Relata que, no documento atual, houve uma mudança de percentual que, segundo ela, seria de vinte por cento para cada área de planejamento, tendo sido alterada para cinquenta por cento para as APs três, quatro e cinco mais as favelas das áreas de planejamento um e dois, tendo os outros cinquenta por cento ficado para as APs um e dois e a área da Barra da Tijuca. Rayanne diz que não é da área de exatas, mas pede ajuda para entender a matemática que foi utilizada, uma vez que não considera que a divisão tenha sido feita de forma justa com os percentuais utilizados, continuando a maior parte ficando para as APs um, dois e Barra da Tijuca, uma vez que a outra metade seria dividida para cinco regiões. Rayanne então encerra suas contribuições. Lia Baron agradece a fala da conselheira, diz que realizará os esclarecimentos a respeito de sua fala, mas antes, passará a fala à conselheira Andrea Chiesorin. A conselheira Andrea inicia dizendo crer que este conselho esteja sendo convidado para participar do PPA junto a Secretaria e a Câmara dos Vereadores, devendo isto constar em ata e precisa se constituir, minimamente, alguns encontros para que o conselho possa entender o PPA em ação e como, neste momento, os conselheiros podem estar juntos, propositando recurso para este breve mandato do Prefeito. Dito isto, a conselheira gostaria de lembrar, já que houve a citação por parte do conselheiro Álvaro, que este texto reduz muito as linguagens, então, importa repensar a escrita destas linguagens porque, por exemplo, a dança não teria sido citada, como o teatro também não. Então foi entendido, neste texto, que era organização das setoriais, para os fóruns setoriais, mas não é por isso que a capoeira não está, embora, outras matrizes africanas estejam, sendo necessário entender o motivo das palavras sumirem porque, de acordo com ela, sabe-se que, quando não há citação direta, os recursos somem para aquela linguagem. Para tentar finalizar, a conselheira diz que é necessário parar a discriminação e, de fato, criar a política de acesso. A conselheira questiona como não está neste documento a garantia de acesso a pessoa com deficiência a comunicação e informação. A conselheira julga não ser suficiente colocar um item que fale da acessibilidade, se não houver a escrita que haverá acesso à tecnologia assistida, a tecnologia de comunicação, etc. Continua dizendo que o

texto fala sobre capacitar, mas não diz que a pessoa com deficiência viverá o processo como todas as outras pessoas das suas formações para juntos, realizaram a construção desta política para o Rio de Janeiro, sendo isto, capacitismo. Informa que precisam estar atentos pois, é de conhecimento que existe um enfrentamento a bancada evangélica conservadora reacionária e não pode ser deixado de fora a equidade, como bem lembrou a isonomia, dita pela professora de economia criativa, Rayanne Pacheco, LGBTQIA +. Continua dizendo que a política de afirmação não é um ponto outro ponto, a política de afirmação prevê a ausência de ninguém, e segue julgando necessário repensar as soluções desse texto e a conselheira sugere que sejam feitas aberturas deste texto nos pontos da Comissão Permanente de Cultura ou nas Pré-Conferências, já que este é um espaço para formação da sociedade civil, no sentido de quem serão os próximos representantes, os próximos pré-candidatos. A conselheira acredita que o ideal é realizar abertura para discussão do plano nas Pré-Conferências, ainda que a Conferência precise ser pensada até janeiro, julgando que seja possível juntar tudo e fazer o olhar da sociedade civil sobre o texto. Andrea diz que quando dizem que o conselho está eleito para resolver o texto, o conselho teria sido eleito para resolver o texto das três conferências e, este texto, não está simbolizado neste texto. Relata que a sociedade civil está na transmissão da reunião, feita através do YouTube, questionando sobre vários pontos que, segundo ela, só serão resolvidos junto com a sociedade civil, fazendo a leitura, os apontamentos e dando destaque a estas questões. Continua dizendo que esta gestão do CMPC está comprometida com ética, estética e política. Acrescenta que não está querendo dizer que a Secretaria não esteja, mas é necessário entender como será complementado o que ainda não está no texto. Andrea encerra sua fala, mas diz que é para que sejam ouvidas as demandas da sociedade civil. Lia Baron retoma a fala, encerrando o bloco de inscrições dos conselheiros e diz que, sobre a dúvida da divisão igualitária de vinte por cento para cada AP, explicando que não existe matemática para chegar a uma divisão igualitária, pois para chegar a uma divisão igualitária, seria necessário passar por uma série de estudos e, sequer existe uma metodologia consolidada disponível para isto e, além disso, deve partir do princípio que a cena é transitório, o cenário de produção cultural varia e com isto, também varia a demanda. Por estes motivos, Lia Baron julga ser difícil estabelecer percentuais fixos para cada área de planejamento e acredita que a divisão, de vinte por cento para cada AP, tenha

partido do princípio de que existem cinco áreas e, dividindo cem por cento por estas cinco áreas, o resultado da vinte por cento para cada uma, mas acredita que tenha que ser considerado que cada área de planejamento é povoada de maneira específica, é popular de uma maneira específica, tem um recorte de abrangência territorial específica e que tem uma cena cultural específica. Por isso parece não bastar dividir por cinco, mas que tem que ser entendida a proporção de demanda de cada área, para então estabelecer os percentuais. Acrescenta que esta não é uma tarefa simples, na verdade é muito complicado, muito difícil e ainda se corre o risco de, não somente, ser justo como, num instrumento de planejamento, engessar a distribuição de verbas, que é uma coisa que tem que ser revista a cada ano. Por isso, teria ela, sugerido adotar seu critério, que já vem sendo adotado no planejamento estratégico, de destinar, pelo menos, cinquenta por cento do pagamento para essas regiões. Agora, no FOCA, já teria sido criado um instrumento específico, uma linha específica para territórios populares. Com isto, a sugestão de Lia foi de ao invés de trabalhar com recorte de vinte por cento para cada AP, porque acredita que pode ser incongruente com a realidade de cada AP, que fosse realizado um acompanhamento do planejamento estratégico, no sentido de chegar a uma divisão mais equânime da verba e dos investimentos em cada área de planejamento, até porque, o tipo de projeto e a demanda orçamentária dos projetos as APs também são diferentes. Lia Baron diz que gostaria de dizer que a Secretaria está batalhando no sentido de uma descentralização, não só da política pública, como do orçamento. Mas, acrescenta, que um instrumento de centralização tem que poder ser revisto ano a ano, pois o cenário não se mantém. Com isto, julga que o plano precisa ser trabalhado como uma diretriz, tendo um percentual mais flexível. Lia Baron conclui sua fala e passa a palavra ao consultor Marcelo Velloso, para que possa falar sobre tudo que teria sido pontuado e, em seguida, passará a palavra ao Secretário Marcus Faustini, para que possam então ir aos encaminhamentos e pede para que Flávia Piana possa prestar auxílios sobre a situação do cronograma. Marcelo começa falando sobre as questões de elaboração do texto, achando ser importante lembrar que a elaboração do texto foi feita por todos, uma vez que ele pegou o documento compilado pelos grupos de trabalho, abriu o documento e fez uma proposta de redação e, toda esta proposta, teria sido pactuada em cada grupo de trabalho. Marcelo sabe que existem pessoas que não participaram de determinado grupo de trabalho e que terão suas observações a fazer,

sobre pontos importantes que possam ter passado despercebidos. Sobre a questão do LGBT ou LGBTQIA+, Marcelo ressalta que é gay e isso, sob seu olhar, não traz nenhum problema mas, de fato, os termos mudam e devemos estar atualizados, reconhecendo a falha ocorrida e acrescentando que são pequenas coisas, as sugestões são bem vindas e o momento é exatamente para que isto possa ocorrer. Sobre a questão da terminologia, citada pela vice-presidente Rosa Perdigão, afro-brasileira, indígena, etc. Esta é uma terminologia que já vinha do compilado original e que, durante as reuniões, foi pactuado por mantê-la em todos. Caso os conselheiros considerem não ser a mais adequada, é possível adequá-la. Marcelo ressalta que ninguém teria trago nada novo, assim como não teriam sido excluídos, os termos utilizados estavam todos no documento que lhe fora apresentado. Continuando, Marcelo diz que quando há discussões sobre cultura, por aqueles que fazem parte do campo da cultura, ganham uma profundidade maior que em demais setores da sociedade, pois estão sendo discutidos valores muito próprios e, obviamente, que há um desejo particular de que tudo que nos representa, que nos significa estejam presentes, entretanto, a discussão é sobre o plano e, este, tem uma carga generalista, caso contrário, ele se torna algo mastodôntico e, na realidade, a ideia é que ele de diretrizes e oriente o planejamento da área da cultura pelos próximos dez anos, não sendo neste documento que devem ser esmiuçados os detalhes ou que se cria aprofundamento, havendo então este trabalho mais generalista. Marcelo diz saber que alguns pontos ou outros exigiram um pouco mais de aprofundamento, como o carnaval, por exemplo, onde há, no documento, duas metas específicas devido à importância estrondosa deste movimento para a cidade do Rio de Janeiro, sendo está a discussão e a maleabilidade que pode existir. Sobre a meta dezesseis, Marcelo diz que não foram realizadas grandes alterações nesta meta. Bianca Toledo relata que a inclusão nas diretrizes dezesseis 16.4 e 16.5 foram inseridos os termos “prioritariamente” e “preferencialmente”. A dúvida então é como será mensurada e realizada a fiscalização disso. Marcelo então acrescenta que o que está sendo discutido são: “... os mecanismos de ação afirmativa que garantam a igualdade racial...”. O que esta ação 16.1 coloca é que o orçamento investido por meio do fundo municipal de cultura através do fomento direto, para pessoas jurídicas ou para MEI, seja distribuído de maneira equânime e que contemple pessoas autodeclaradas pretas, pardas ou indígenas. No caso de pessoas jurídicas ou MEI, os diretores proponentes são pretos,

pardos ou indígenas. A conselheira Carla Wendling diz que este ponto chama atenção a situação dos proponentes que se inscrevem por meio de CPF. Marcelo responde que o texto não fala de CPF, mas que não havia, neste grupo, a questão da pessoa física diretamente, mas que pode ser incluído. Carla reitera que onde pode ser encaixado ou onde já teria sido colocado anteriormente, mas quando se fala sobre fomento precisa constar a informação de CPF e que gostaria que isto pudesse ser garantido de alguma maneira. Marcelo diz que pode ser identificada alguma meta sobre este assunto, na meta vinte e cinco, por exemplo, poderia ser colocada esta informação, mais ou menos da seguinte maneira: “... O fundo municipal de cultura deverá ter mecanismos que contemplem pessoas físicas...”. Lia Baron diz que, antes de passar a palavra ao Secretário, gostaria de sugerir novamente que as observações e indicações sejam encaminhadas para o e-mail do conselho porque já teriam passado por um processo bastante robustos e desgastantes, um processo preliminar onde o Conselho debateu estas propostas, um processo de leitura e avaliação do plano, a entrada do conselheiro, debatendo com todos os grupos de trabalho e, como ele mesmo lembrou, a consolidação das linhas foram retiradas em comum acordo com todos os grupos de trabalho e tudo aquilo que a gestão sugeriu como alteração está destacado no texto. Lia propõe, apesar de não existir mais tempo hábil, sob justificativa de que a Câmara precisa receber este texto o quanto antes, que as propostas e observações de alterações, refinamento e pontuações sejam encaminhadas por e-mail, sendo o prazo para tal, acordado por todos, a quarta-feira seguinte ao da reunião, dia vinte e sete de outubro. Com isto o consultor terá alguns dias para realizar o racionamento do texto. Após a fala da Lia, Marcelo pede mais uma vez a palavra para dar uma última resposta a fala do conselheiro Álvaro, explicando que quando se fala de linguagens também não se entra em detalhamento. Arte contemporânea, experimentalismo, etc., estão contidos. Quando citada as artes visuais, está sendo englobada as diversas formas de expressão das artes visuais. A dança, por exemplo, está incluída nas artes cênicas. Marcelo acredita que, no futuro, será importante ter um detalhamento, nos mecanismos de fomento também. Mas agora, no plano, se for esmiuçar não será possível ter um plano eficaz. Lia acrescenta fala do consultor dizendo que toda vez que é exemplificado, acaba sendo deixado o outro de fora, por isso a tentativa de não dar exemplos e detalhamentos do ponto de vista da setorialização das linguagens porque isto é um caminho sem fim, não conseguiria

detalhar de forma que contemple a todos de forma igualitária e, mais uma vez, ressalta que o plano deve identificar as diretrizes, sendo o fomento diverso, equânime, etc. Lia Baron, passa então a palavra ao Secretário, acrescentando também que já existem algumas inscrições para a fala da sociedade civil e gostaria de sugerir que fosse marcado um outro encontro para discussão da pauta das conferências e eleições pois, como havia sido imaginado, a discussão sobre o plano ocorreria de forma mais exaustiva, impossibilitando a discussão das duas pautas em uma mesma reunião. A conselheira Carla solicita que, após recebimento das sugestões e adequação do material, o mesmo possa ser encaminhado aos conselheiros antes de ser enviado à Câmara. Lia Baron diz que será sim possível e que, antes do envio à Câmara, haverá uma devolutiva aos conselheiros. Dito isto, é passada a palavra ao Secretário Marcus Faustini. O Secretário diz ter ouvido todas as considerações e diz que o consultor organizará tudo, para que possam ser vistos os pontos importantes e colocar o melhor caminho para que o plano seja um instrumento. Relata que a meta é enviar para o gabinete do Prefeito, para sua equipe, que envolve Procuradoria, e outras instâncias. E diz estar acompanhando e conversando com todos a importância disso.

Faustini diz que não há caos, pelo contrário. Relata que existe uma secretaria mais enxuta, porém, com mais entrega e, apesar de saber que a Procuradoria tem muitos pedidos de várias secretarias, mas que esta discussão será realizada com a prioridade devida. Continua dizendo que a meta inicial era entregar à Câmara no dia cinco de novembro, pois haverá uma programação no dia nacional da cultura. Faustini diz ainda que não sabe se será possível, diante da necessidade de novos debates e tomadas de decisão sobre qual mensagem o Prefeito levará, acrescentando que o papel da Secretaria também é subsidiar o Prefeito para que ele escolha qual mensagem ele manda e, este subsídio, deve ser feito com instrumento jurídico, boa análise, processo de debate, etc. O mundo ideal seria encaminhar no dia cinco, mas a meta é enviar ainda em novembro, ainda na primeira quinzena. Faustini diz não saber se isso responde às dúvidas sobre o calendário e acrescenta que com as contribuições, aumenta uma semana para receber, analisar e tentar construir a mensagem que o Prefeito irá encaminhar à Câmara, mas de novembro não passará. Lembrando que, na Câmara, haverá um grande desafio. Diz que já conversou com o líder do governo na câmara, com presidentes da câmara, estando todo mundo atento a isto, diz que existem outras prioridades acontecendo na Câmara

neste momento, mas que está sendo realizado um trabalho de sensibilização junto aos vereadores que a Secretaria conhece e dialoga sobre a importância do plano, inclusive, muitos vereadores da base aliada que não trabalhavam com cultura, vem se tornando, nesta gestão, grandes parceiros da SMC. Fustini gostaria de chamar atenção a um ponto onde não estaria dizendo que recurso irá cinquenta por cento para AP um e dois, mas que estaria dizendo que, pela primeira vez na história da cidade, o poder público se compromete a investir, obrigatoriamente, cinquenta por cento do orçamento dos recursos de fomento nas regiões das APs três, quatro e cinco e favelas das APs um e dois, que são os territórios que, historicamente, se comprova o baixo investimento, o baixo acesso aos recursos de políticas culturais. Continua dizendo que isto é uma coragem política para que corrija a desigualdade nos próximos anos e que já teria sido iniciado com tudo que foi disponibilizado, como: FOCA, ISS e Edital de Carnaval, este, que tinha meta de premiar quarenta por cento, no edital, de projetos destas APs, chegando a contemplar quarenta e sete por cento de premiados nestas APs. Isto prova também que quando é colocada uma política indutora, ela é capaz de ir além e sensibilizar mais atores sociais para estar naquele campo. Logo, a destinação de cinquenta por cento garante e cria um novo campo de propostas em outras áreas também. Com isto, acredita ser um pouco exagerado dizer, na verdade é o contrário, está sendo analisada que há uma má distribuição e comprometendo o governo, nos próximos anos, a colocar recursos para superar essa desigualdade, este é o caminho que está sendo tomado pela Secretaria. Lembra que o que a Secretaria apresenta é uma mensagem do Prefeito, da gestão e que, a sociedade civil também terá oportunidade de debater com os vereadores, na Câmara, estas propostas. Muita coisa pode cair, pode voltar e terá de ser feito um esforço de discutir com os vereadores, se colocando à disposição para estar visitando vereadores da base aliada, para sensibilizá-los. Após a fala do Secretário, Lia Baron relata que foram feitas três inscrições da sociedade civil, sendo eles: Mestre Paulão, Thiago Matias, Cássia e Ana Lúcia Pardo. Ato contínuo, a palavra é dada ao Mestre Paulão, que inicia sua fala cumprimentando os presentes e se apresentando como mestre de capoeira, especialista em patrimônio e direitos culturais pela UFG e mestre em patrimônio, cultura e sociedade pela UFRRJ. Relata ter sido conselheiro no Conselho Nacional de Política Cultural, durante dois mandatos e também foi conselheiro no Conselho Estadual de Política Cultural na primeira gestão

que houve eleição direta, sendo o mais votado, representando a capoeira. Mestre Paulão diz que gostaria de falar sobre o plano, que não teve acesso, que na questão dos patrimônios culturais no município que, há pouco tempo, a Guarda Municipal era instrumentalizada para seguir Baiana de Acarajé, não tendo no texto do PMC os patrimônios culturais que já são protegidos pelo Estado e o artigo duzentos e quinze que trata dos direitos culturais e o duzentos e dezesseis da Constituição Federal, que trata do patrimônio diz que o Estado e a sociedade tem dever da proteção destes patrimônios, aqui o consultor teria citado o samba e da importância da economia do Rio de Janeiro para este movimento, relata até concordar, porém, diz que este samba, apesar da importância economia, não chega nos pretos e pretas que fazem o samba do Rio de Janeiro ser este espetáculo que é. Sobremaneira, é importante estar no texto do PMC e numa perspectiva das três dimensões da cultura: simbólica, cidadã e econômica, os patrimônios culturais afro-brasileiros, indígenas e todos os demais. Acrescenta que um município como o Rio de Janeiro, que é uma vitrine cultural para o mundo, não ter um plano municipal e quando o Secretário diz que é um compromisso da Prefeitura em ter cinquenta por cento do seu orçamento para as APs três, quatro e cinco e favelas das APs um e dois, etc. Diz que se recorda de um debate que havia no CNPC, sobre o custo amazônico. Continua dizendo que a capoeira está nas comunidades, que a roda da Penha se tornou patrimônio cultural da cidade do Rio de Janeiro e este patrimônio não está expresso no PMC, fala sobre o Mestre Mentirinha que faz uma roda de capoeira no bairro de Olaria a sessenta anos e a roda de capoeira, que é patrimônio cultural do Brasil e da humanidade não está nesse plano. Continua sua fala citando o jongo, que é patrimônio cultural inclusive, a sede do Jongo da Serrinha, é um espaço que foi contemplado, pelo Prefeito Eduardo Paes, na gestão anterior, não está nesse plano. Prossegue dizendo que a matriz do samba do Rio de Janeiro, que é patrimônio cultural do Brasil, não está nesse plano, estando apenas o samba de espetáculo e talvez esteja funk, porque o funk tem indústria cultural potente, mas como diz o próprio funk: “... eu só quero ser feliz, andar tranquilamente na favela que eu nasci...” e a capoeira tá em todas as favelas, está em todas as comunidades. Diz então, entender que os patrimônios culturais de origem africana e afro-brasileira, que tem matriz africana, têm matriz indígena e tantos outros patrimônios, tem que estar textualmente neste plano municipal de cultura. Diz entender também que tem que ter a palavra fomento acompanhando,

entende também que, por exemplo, o ofício das baianas de acarajé, o ofício dos mestres de capoeira e das mestras de capoeira, que são patrimônios, tem que ter fomento para que eles possam atuar, através de seus CPF, nesses espaços de cultura da nossa cidade e nos espaços, também, de editais públicos. Mestre Paulão diz ter percebido, pois acompanha os editais realizados, em várias gestões da prefeitura municipal do Rio de Janeiro, sempre produtores culturais ganham mais do que os mestres e as mestras nesses editais, ganhando os editais e subcontratando os mestres e mistas. Diz ser necessário acabar com isso, torna-se necessário que tenha, não só samba de espetáculo nesse plano de cultura, mas o samba do pé no chão, do bloco, como havia sido falado, dos blocos carnavalescos, etc. Estas questões têm que ser contempladas textualmente, pois estes patrimônios são diuturnamente atacados nesta cidade, assim como tem sido as comunidades de terreiro atacadas pelos chamados traficantes de Jesus. Hoje atacam os terreiros, amanhã estão atacando o samba tradicional, a capoeira, o jongo, como já atacaram, por parte do próprio aparato do Estado, na gestão do Prefeito anterior, as Baianas de Acarajé. Mestre Paulão diz que esta era sua contribuição no momento e agradece a oportunidade. Concluída a fala do Mestre Paulão, Lia Baron passa a palavra à Thiago Matias. Thiago inicia sua fala cumprimentando os presentes, agradecendo o espaço de fala e se apresentando. Relata que é produtor do festival de música e cultura de rua de Bangu. Dentro do campo social, é produtor do projeto sobre segurança alimentar Zona Oeste sem fome e hoje representa o fórum de cultura da AP cinco. Thiago diz que gostaria de falar sobre dois pontos, o primeiro sobre o incêndio que ocorreu no Teatro Moacir Bastos, na Zona Oeste, tendo sido um processo que acreditaram, dentro do fórum, ter sido super invisibilizado, não tendo o alcance que gostariam que tivesse. Relata também que, dentro da organização do fórum, foi formulada uma carta, que teria sido encaminhada em um âmbito estadual e para alguns vereadores, falando sobre a importância deste espaço e, aproveitando o gancho que está sendo pleiteado este território com a UERJ e UEZO, fez-se então esta carta para envio a todos para tentar, de algum forma, tentar acelerar este processo. Thiago diz que a carta também será encaminhada para este Conselho para que todos fiquem cientes do ocorrido e diz que, desde a gestão anterior, estão sofrendo este desmonte cultural dentro, não só da Zona Oeste, mas no Rio de Janeiro como um todo e perder um espaço cultural, desta magnitude, é uma dor muito grande. Thiago acrescenta que, na tentativa

de dar uma visibilidade maior para os equipamentos públicos da Zona Oeste que, já são, em quantidade, qualidade e orçamento, inferiores às demais regiões e trazer à tona esta discussão, sendo considerado dentro do fórum de cultura, é importante levantar este debate. O segundo ponto da fala de Thiago é sobre as lonas, arenas e areninhas culturais. Relata sobre o recente edital das lonas, arenas e areninhas e gostariam de entender, dentro dessa nova gestão, o motivo de oito lonas, arenas e areninhas, seis mantiveram a mesma gestão e, somente, duas entraram novas gestões, se há essa discussão de política de reformulação destas gestões e destes equipamentos públicos e sugere que haja a inclusão deste debate público, dentro de uma das datas para debates públicos, citados durante este encontro. Thiago, assim como todo fórum da AP 5, acredita que seja de tamanha importância levantar este debate de uma transparência, de prestação de contas, de avaliação de desempenho das gestões, para justificar a manutenção destas mesmas gestões nas lonas culturais e trazer à tona para a sociedade civil, para os fazedores de cultura do território em si, sobre esta questão. Thiago então finaliza sua fala, agradecendo novamente pelo espaço de fala. Lia Baron agradece a colaboração realizada por Thiago e passa a palavra a Cássia. Cássia inicia sua fala agradecendo o momento de fala e cumprimentando os presentes e acrescenta que, com a oportunidade de envio das informações mais detalhadas por e-mail, providenciará algumas colaborações e detalhes sobre a questão da pessoa com deficiência. Cássia diz que é uma pessoa com deficiência física, neurológica e que possui baixa visão e diz que o primeiro diferencial quando foi escrito o texto sobre acessibilidade cultural é que também foi escrito por uma pessoa com deficiência e acredita que isso tenha que ser considerado. Relata que estão trabalhando, não só a questão da proteção social, mas também, possibilitar autonomia a este público, com objetivos criteriosos, entretanto, quando se fala sobre acessibilidade cultural, já existe um trabalho, numa perspectiva internacional, da inclusão. Quando é feito o trabalho de acessibilidade cultural, está sendo trabalhado a pessoa com deficiência e suas deficiências, que podem ser várias, mas está se abrindo um acesso dentro do campo e da esfera cultural, também para outras inclusões e isso precisa estar bem claro no texto. Cássia continua sua fala dizendo que as pessoas com deficiência são LGBTQIA+, são intelectuais, artistas e toda a esfera que encontra-se nos planos municipais, dentro da questão da esfera cultural, então, este público alvo, é um público amplo e isto precisa ser levado em consideração,

principalmente, deixar que, na questão da cidadania, o autor da sua fala seja autor da sua fala. Cássia diz que gostaria de agradecer por não querer que falem pela pessoa com deficiência, mas deixar que as pessoas com deficiência falassem por si próprias. Uma outra questão muito cara, dentro da questão de acessibilidade cultural, diz Cássia, é que a autonomia da pessoa com deficiência é também ser propositor de questões culturais para sua cidade, para seu estado e para sua nação, como tentou ser feito no Programa Nacional de Cultura, nos governos do Lula e da Dilma. Porém, hoje em dia, enquanto pessoas com deficiência, não estariam pensando somente nas pessoas com deficiência, estão pensando nos públicos diversos que não tem acessibilidade cultural nas cidades, estariam falando em acessibilidade cultural enquanto inclusão e, também, lembrar que as pessoas com deficiência são também pensadores e, dentro do universo de pensadores, é importante perguntar a quem tem o diferencial, qual é o diferencial na hora da preposição. Cássia diz reconhecer o esforço, que foi contempladas em muitas falas e que há necessidade de uma terminologia mais ampla mas que, ainda assim, existem alguns públicos que irão reclamar que o seu diferencial esteja na acessibilidade cultural do PMC e, quando é falado sobre acessibilidade cultural, é necessário lutar por isso, pois foi buscado, internacionalmente, estando na cidade do Rio de Janeiro, trabalhando isso no Brasil e sendo muito caro. Fora o fato de terem trabalho num contexto de pandemia, esmagados pela conjuntura. Cássia finaliza dizendo que primeiro tem que ser feito um trabalho em cima da vida digna e depois assegurar os valores e eleger estes valores como ponto principal para o avanço da cidade e para claro, o avanço do PMC. Agradece a oportunidade de fala e encerra suas contribuições. Lia Baron agradece a fala de Cássia, dizendo que ainda existem duas inscrições da sociedade civil: Ana Lúcia e Sarah Alonso e que, em seguida, retornará a palavra ao Secretário para uma fala final. Ana Lúcia cumprimenta os presentes, agradecendo o momento de fala e dizendo estar animada, parabenizando o empenho e dedicação dos conselheiros e parlamentares, também a vontade política da secretaria, na pessoa do Secretário Faustini, a Lia Baron, equipe e ao consultor Marcelo Veloso, dizendo que sai, portanto, animada, confiante e que, enfim, depois de tantas caminhadas , pré-conferências, conferências, tentativas e parcerias que foram feitas no passado, ainda em dois mil e vinte e um, com o Ministério da Cultura, mesmo que o repasse de recurso, diz ter sido consultora junto com Bruna Leite, que teria trabalho na Secretaria e fora. Como gestora cultural, diz ter visto de

forma direta e indireta esse processo de implementação do sistema municipal de cultura e vê, no Rio de Janeiro, que está fortalecido e está caminhando. Diz que gostaria de saber, hoje, qual é o orçamento atual, pois tem feito diagnósticos reiterados e constatou que houve uma queda, como vocês ressaltaram, e o plano, portanto, é o roteador dessas políticas, dessas ações pactuadas e propostas pela sociedade civil e diz que gostaria de finalizar com uma pequena fala, pelas falas dos recursos nas APs e outra coisa que teria lhe chamado muita atenção a distribuição, extremamente desigual, também nos recursos dentre os equipamentos culturais, onde se viu que alguns museus, alguns grandes centros culturais. Equipamentos com muito recurso e outros zerados, arenas e lonas sobretudo. Ana diz que gostaria de ressaltar isso, porque chama a atenção a desigualdade na distribuição dos recursos entre os equipamentos. Acrescenta que um outro eixo fundamental do sistema nacional, estadual e municipal de cultura é o SNIIC, que é o Sistema de Informações e Indicadores Culturais. Na Aldir Blanc, se já era importante, ele se tornou mais ainda, porque percebeu-se que, em inúmeros municípios que não dispunham de seus cadastros, quem somos e o que fazemos. Continua dizendo que se for comparar as APs, vai ver que o número de população é muito maior de uma região para outra, mas também quem são os fazedores culturais, ainda mais num setor informal como este. Então, o que estão fazendo, este mapeamento, Cássia gostaria de fortalecer a importância deste sistema de indicadores e informações pois, em seu entendimento, ele será bastante norteador para estas políticas, esta divisão mais equânime, igualitária na distribuição dos recursos, seja nos equipamentos, editais, ações, apoios, etc. Relata ainda que está sendo realizada uma pesquisa ampla, em todo o Estado do Rio de Janeiro, sobre a implementação da Lei Aldir Blanc, por isso os diagnósticos são cada vez mais importantes e, pede também, fortalecimento a Lei Paulo Gustavo que está na luta para que seja aprovada. Ana finaliza sua fala dizendo que está muito feliz, pois está vendo uma política de estado, para além de uma política de gestão, enfim, sendo implementada. Dito isto, Lia Baron passa a palavra a última inscrição Sarah Alonso, que inicia sua fala cumprimentando os presentes e dizendo, primeiro, que gostaria de contribuir com a discussão da porcentagem que foi cortada, que fez parte das discussões do GT três, ao qual fazia parte, para entender, pois esta é uma demanda da sociedade ser atingida. E que precisa ficar entendido quais são os recursos deste plano, esta foi uma das pautas muito discutidas, tendo o GT três um dos que teve mais de um

encontro, e que existem vários pontos em discussão mas que nada adianta se não houver recurso, se a política orçamentária não passar pelo plano. Entendo a defesa da mudança do texto de setenta por cento para a equidade do direto e indireto, porém, mesmo nesta mudança a equidade está proposta para ser atingida em dez anos, então, gostaria de fortalecer este debate, que é complexo mas necessário, mas entender este ajuste pois, tem momentos no plano, que é necessário ousar e representar as metas que querem que sejam atingidas. A outra preocupação de Sarah, é sobre o acesso ao texto de lei, pois foi citado que o consultor ainda estaria formulando o texto, e julga ser importante esta etapa pois, existe uma experiência deste Conselho, referente a PL do Sistema, que, quando chegou o texto de lei, estava muito diferente de tudo que havia sido trabalhado, com isto, Sarah se preocupa se tudo estará certo, se poderá ser acessado previamente, pois será este texto que irá à Câmara para discussão. Lia Baron agradece a fala da Sarah e as contribuições de todos os representantes da sociedade civil, dirige a palavra à Cássia, para que seja possível pontuar no material existente, a questão da sociedade que estaria sendo contemplada nas metas 23 e 24 e, de forma transversal, em outros pontos do plano, mas fica na expectativa que as colaborações possam ser encaminhadas por e-mail, dentro do prazo estipulado. Dito isto, Lia pede que a vice-presidente faça uma fala de encerramento, uma proposta de encaminhamento para depois passar a palavra ao Secretário. O Secretário Marcus Faustini interrompe a fala, pedindo desculpa, e propondo que antes que a fala seja dada a Rosa Perdigão, o vereador Reymmont possa falar algo sobre o que foi discutido. Reymmont então, agradece a interferência do Secretário e a condução das discussões que foram feitas por Lia Baron, e diz que gostaria de cumprimentá-lo, bem como a vice-presidente deste Conselho, Rosa Perdigão, cada um dos conselheiros presentes, o consultor e demais presentes. Reymmont relata que chegou atrasado, mas que a Suelyemma esteve presente durante o tempo todo e para não tomar o tombo do trem a caminho, diz ter ouvido que o processo ainda será encaminhado ao Prefeito, que há a tentativa de encaminhar ainda no mês de novembro e relata que a Comissão de Cultura na Câmara, está muito aberta a fazer este diálogo, tendo previsto algumas datas para as audiências públicas, tendo a última reunião da comissão sido pensada a possibilidade de realizar, pelo menos, cinco audiências públicas, tendo elencado os dias cinco de novembro, dez de novembro, dezessete de novembro, dezanove de novembro e vinte e quatro de novembro, mas ao

que parece, será necessário readequar esta agenda e estão dispostos a tal, pois é muito importante e rico que seja aprovado este plano municipal de cultura e, crê que haja uma determinação quando se fala da destinação que nunca foram contempladas, em uma alusão aquilo que todos desejam, que a desigualdade seja mitigada e diminuída, mas que seja também colocada no retrovisor da história. Reymmont não tem dúvidas que, ao chegar na Câmara, os vereadores opinarão e emendarão, pois, as audiências públicas servirão para isso, mas que serão realizadas conversas individuais com os vereadores. Mais uma vez, o vereador Reymmont parabeniza todo o processo e que, posteriormente, se informará mais sobre o andamento da reunião. Agradece a fala e cumprimenta, mais uma vez, os presentes. Lia Baron então agradece a fala do vereador, passando então a palavra ao Secretário Marcus Faustini para sua fala final e pede para que contemple uma fala sobre os próximos passos, texto da Lei, encaminhamento da mensagem e outras informações. O Secretário, primeiramente, agradece a todos e todas pela reunião. Diz ter uma equipe atenta aos pontos, considerações, visões de determinadas áreas, expressões e regiões para que caibam no plano e também que possa ser um instrumento usado, não só pela atual gestão, mas como outros gestores que passarão pela Secretaria Cultura e que dialogue com os outros instrumentos de governos, os outros instrumentos de mediação entre os poderes para que não exista um plano e um outro plano estratégico e diz que este é um desafio, juntar todas as bússolas e que as metas não fiquem atrapalhadas. Completa dizendo que a gestão quer executar estas metas. Houve uma insistência nos três anos, sendo o próximo de aproximação. O Secretário diz, direcionando a fala ao consultor, que deve ser pensado a hipótese de dois anos com quantificação de ações e a meta batida em três anos, mas como um recall das ações, extraordinariamente, nos dois anos, identificando se o caminho das ações correspondem às metas e reafirma que são necessários três anos, para que haja implementação de todas as metas estabelecidas. Ratifica que o poder público, a partir do próximo ano, aprenda a trabalhar sobre o plano de cultura. Será necessário realizar treinamento junto à todas as equipes da Secretaria, não sendo suficiente só ler o plano, mas verificando se todas as ações estejam agindo conforme previsto no plano. O treinamento ocorreria nos primeiros seis meses do próximo ano, tendo a metodologia para as metas aplicadas a partir do segundo semestre. Faustini diz que quando as metas são estipuladas, também é pensando na implementação, não sendo apenas um conjunto de metas utilizadas para

discurso. Continua dizendo concordar com o consultor sobre o fato de que o plano não deve ser tão detalhado, mas pode ser pensado, a partir das contribuições realizadas, como será preparada a mensagem final do Prefeito, a partir da minuta que será elaborada. Diz ainda que está sendo realizada a tentativa de construção de algo que as equipes jurídicas da Prefeitura, de planejamento financeiro concordem. Faustini diz que este plano precisa ir ainda este ano, sendo necessário que todos os vereadores e vereadoras compreendam mais a cultura e que foram recebidos, na Secretaria, vereadores com este interesse. Diz que o momento é importante para procurar os vereadores, sejam de seus partidos, conhecidos, ou que tenham votado, abordando-os, em uma campanha, sobre a compreensão do que é o plano. Faustini diz que o encaminhamento dado por Lia Baron, quanto ao recebimento das contribuições por e-mail, para elaboração do documento final e envio à equipe do Prefeito. Faustini completa dizendo que todas as considerações da gestão foram feitas com o objetivo de que o plano seja implementado na gestão atual, parabenizando o trabalho de todos os envolvidos e diz estar muito feliz em estar fazendo parte deste momento. Lia Baron agradece a fala do Secretário. Ratifica que a pauta das Conferências e Eleições ficará para uma próxima reunião ordinária, que a Secretaria aguarda as contribuições, via e-mail, até o dia vinte e sete e que o consultor trabalhará em cima do que for encaminhado e haverá a devolutiva do material final, o quanto antes. Rosa Perdigão solicita a palavra solicitando atenção ao ocorrido no Teatro Moacir Bastos, onde houve um incêndio na última semana e invasão de usuários de drogas, relatando que não foi dada a devida atenção sobre o ocorrido, acreditando que a questão do território tenha gerado tal dificuldade. Relata ter recebido uma carta do Fórum da Zona Oeste, pedindo auxílio ao CMPC para que, juntos, possam dar maior visibilidade ao ocorrido. Rosa completa agradecendo a presença de todos e pelo trabalho desenvolvido e termina apresentando uma frase que diz levar para vida: “Unir para construir.”. Após a fala da vice-presidente, Lia Baron dá como encerrada a reunião. Sem mais assuntos a serem tratados, a reunião foi encerrada às treze horas e vinte e dois minutos. Eu, Roberta Canêjo, lavrei a presente ata que vai por mim assinada, pelo Presidente, a Vice-presidente e os Conselheiros presentes que desejam testemunhar o atesto deste documento.